

Soberania Alimentar, agroecologia e mercados locais

Laércio Meirelles*

Soberania Alimentar e a produção de alimentos

O acesso a um alimento saudável e de boa qualidade é um direito universal dos povos e deve se sobrepôr a qualquer fator econômico, político ou cultural que impeça sua efetivação. Todas as pessoas devem ter direito a um abastecimento alimentar seguro, culturalmente apropriado e em quantidade e qualidade suficientes para garantir seu desenvolvimento integral.

O conceito de Soberania Alimentar remete, além disso, a um conjunto mais amplo de relações: ao direito dos povos de definir sua política agrária e alimentar, garantindo o abastecimento de suas populações, a

preservação do meio ambiente e a proteção de sua produção frente à concorrência desleal de outros países.¹

Nesta perspectiva, a noção de Soberania Alimentar incorpora várias dimensões – econômicas, sociais, políticas, culturais e ambientais – relacionadas ao direito de acesso ao alimento; à produção e oferta de produtos alimentares; à qualidade sanitária e nutricional dos alimentos; à conservação e controle da base genética do sistema alimentar²; às relações comerciais que se estabelecem em torno do alimento, em todos os níveis.

Este inalienável direito de todo ser humano tem sido negligenciado de forma sistemática por nossa sociedade. Observamos ainda que a insegurança alimentar encontra-se associada ao acelerado processo de degradação das bases econômicas, sociais, biológicas e culturais da agricultura familiar ocorrido nas últimas décadas.

A internacionalização, nos últimos cinquenta anos, do pacote tecnológico da Revolução Verde tem levado a uma crescente erosão da biodiversidade agrícola e alimentar. Esse modelo tecnológico, baseado no cultivo de variedades genéticas de alta produtividade, na utilização

de insumos químico-sintéticos, na mecanização e no recurso a fontes não-renováveis de energia, tem sido o responsável pela deterioração progressiva da própria base natural que assegura a estrutura e o funcionamento dos sistemas agrícolas.

No que diz respeito à Soberania Alimentar, o impacto desse

¹ A noção de Soberania Alimentar, desenvolvida pela Via Campesina, foi levada ao debate público por ocasião da Cúpula Mundial da Alimentação em 1996. Desde então tem se convertido em conceito chave no debate internacional, inclusive no âmbito da ONU.

² PESSANHA, Lavínia. *A agricultura familiar e os quatro conteúdos da segurança alimentar*. Rio de Janeiro: AGORA/RIAD/REDCAPA, 1995.



Feira do Passeio Público, Curitiba/PR

modelo é paradoxal. Aumentou a produção de alimentos ao mesmo tempo em que ampliou o número de famintos. Concentração da terra, êxodo rural, incremento dos monocultivos e erosão dos solos são algumas das causas apontadas para esta anomalia. Em seu editorial do dia 18 de setembro de 2000, a *Folha de S.Paulo*, citando um relatório da Food and Agriculture Organization (FAO) afirmava:

O mundo já produz alimentos em quantidade suficiente para suprir as necessidades nutricionais de todos os seus seis bilhões de habitantes. Ainda assim, cerca de 800 milhões sofrem de desnutrição... infelizmente, o mundo ainda parece longe de dar uma resposta para o problema da fome, que não diz tanto respeito à produção de alimentos, mas sim à distribuição de renda.

Agroecologia e Soberania Alimentar

A agroecologia, cujo conceito vem sendo construído com a contribuição de diversas áreas do conhecimento, se propõe a ser uma resposta socioambiental a esta degradação ocasionada pela mal denominada Revolução Verde.

Concebido inicialmente como uma disciplina científica que estuda os agroecossistemas, o conceito de agroecologia hoje incorpora também o estudo do desenho de agroecossistemas sustentáveis, levando em consi-

deração todos os fatores que podem influenciar esse desenho.³ Esta evolução conceitual leva, naturalmente, a uma forte aproximação entre o trabalho com agroecologia e a busca da defesa da soberania alimentar dos povos.

Iniciativas “agroecológicas”, como o resgate e a manutenção de sementes varietais pelas famílias agricultoras, a conservação de recursos naturais, a produção de alimentos limpos e a articulação de novas redes de distribuição e consumo de alimentos, são condições indispensáveis para garantir o acesso a alimentos de qualidade para todos. E, como já vimos, acesso é um problema central quando o tema é Soberania Alimentar.

Rede Ecovida de Agroecologia: por novos padrões de produção, comercialização e consumo de alimentos

A Rede Ecovida de Agroecologia surge no fim da década de 90, a partir da integração de dezenas de organizações que têm na promoção da agroecologia seu objetivo central.

Segundo um documento interno:

*A Rede Ecovida de Agroecologia é um espaço de articulação entre agricultores familiares e suas organizações, organizações de assessoria e pessoas envolvidas e simpáticas com a produção, o processamento, a comercialização e o consumo de alimentos ecológicos.*⁴

A Rede atualmente é formada por 180 grupos de agricultores dos estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, envolvendo um total de 2.300 famí-

lias. Participam ainda 10 cooperativas de consumidores de produtos ecológicos e 25 ONGs. A unidade operacional da Rede são os Núcleos Regionais, que hoje somam 21. Por ser uma articulação aberta, estes números estão em constante crescimento.

Para a Rede Ecovida de Agroecologia o processo de transição agroecológica deve ter como ponto de partida a superação da capacidade da propriedade familiar em produzir

Julian Perez/Equipe de Educadores Populares



Carroça de milho, Irati/PR

³GLIESSMAN, Stephen. *Agroecologia – Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

⁴*Rede Ecovida de Agroecologia, Normas de Organização e Funcionamento*. Lages, dezembro, 2001.

seus próprios alimentos. A partir dessa premissa é que se devem construir as estratégias de vinculação dos agricultores com o mercado, sempre buscando meios que, por um lado, estimulem e consolidem o processo de transição e, por outro disponibilizem à população urbana produtos de qualidade a preços acessíveis.

Porém, a tendência majoritária é a de busca de grandes redes de supermercados e canais de exportação como principais estratégias de comercialização para os produtos ecológicos, levando a um quadro de elitização do consumo desses produtos.

Contrariando essa tendência, os membros da Rede Ecovida de Agroecologia têm buscado privilegiar os mercados locais para o escoamento de sua produção. Mercado local aqui não pode ser entendido unicamente como uma localização geográfica, mas também como um processo de comercialização que busca fundamentalmente:

- **democratizar, popularizar e massificar o consumo de produtos ecológicos;**
- **encurtar a distância entre produtores e consumidores, estimulando relações solidárias entre eles;**
- **valorizar os serviços socioambientais gerados;**
- **fazer com que os benefícios da comercialização sejam compartilhados entre todos os envolvidos;**
- **promover a cooperação, a transparência e a complementaridade entre os agentes do processo de comercialização;**
- **possibilitar uma crescente inclusão de agricultores e consumidores no mercado.**

No entendimento da Rede Ecovida, um mercado pautado por esses princípios permite o escoamento de uma produção diversificada, baseada em recursos genéticos autóctones, uma melhor remuneração para o agricultor, preços mais acessíveis ao consumidor e baixos custos operacionais. Mercados como estes propiciam ainda que uma maior parcela da renda gerada seja retida pelo agricultor, com um conseqüente aumento em sua capacidade de consumo.

É visando o estabelecimento de relações de mercado dessa natureza que a Rede Ecovida tem estimulado a construção de uma Rede Solidária de Produção e Circulação de Produtos Ecológicos. As células de comercialização desta Rede são fundamentalmente feiras livres, cooperativas de consumidores, mercados institucionais, pontos de abastecimento popular, pequenas lojas e comerciantes.



Ana Luiza Meirelles/Centro Ecológico

Feira Ecológica da Lagoa do Violão

Várias experiências ocorrem hoje em todos os núcleos da Rede Ecovida e apontam para a criação do que podemos chamar de “um outro mercado”.

No Núcleo Monge João Maria, no Centro Sul do Paraná, o desenvolvimento do mercado local para produtos ecológicos tem se baseado em feiras livres, mercado institucional e comercialização em festas e eventos locais. Estes espaços de comercialização têm estimulado a diversificação da produção entre as famílias agricultoras, o que tem gerado um resultado positivo na promoção da Soberania Alimentar, tendo em vista a melhoria e o enriquecimento nos hábitos alimentares destas famílias. Da mesma forma, têm popularizado o acesso ao alimento ecológico, já que as feiras, em um total de quatro, são realizadas em bairros populares a preços acessíveis, e as compras institucionais estão voltadas ao atendimento de quatro creches, uma pré-escola e cinco escolas em bairros carentes, além de entidades assistenciais presentes em três bairros. Este é um exemplo importante que rompe com a lógica de elitização dos mercados de produtos ecológicos.

No Núcleo Maurício Burmester do Amaral, na região metropolitana de Curitiba-PR, a agroecologia tem contribuído para o desenvolvimento de canais alternativos de mercado, sob o controle das famílias agricultoras e consumidoras, diminuindo a dependência dos intermediários e das grandes redes de supermercados. Doze novas feiras agroecológicas, cinco pontos de venda, duas escolas que recebem merendas escolares agroecológicas, algumas iniciativas de entrega de “cestas agroecológicas” e comércio solidário em bairros pobres são exemplos de experiências de descentralização da comercialização.

Em um trabalho realizado em mais de 16 oficinas com grupos de agricultores, como parte de uma

capacitação sobre gestão, foram levantados dados significativos sobre a grande diversidade de alimentos ecológicos produzidos e consumidos pelas famílias agricultoras. No entendimento dos integrantes desse núcleo, isso demonstra o resgate da riqueza alimentar dessas famílias e a presença de uma renda direta ou indireta às vezes superior àquela obtida pela comercialização dos produtos destinados ao mercado.

No Núcleo Litoral Solidário, que abrange o Litoral Norte do Rio Grande do Sul e o Sul de Santa Catarina, tem-se estimulado a organização de Cooperativas de Consumidores de Produtos Ecológicos, hoje presentes em seis diferentes municípios. Basicamente funcionam a partir da organização dos consumidores e se materializam em uma loja de produtos ecológicos. Uma delas, a Coopet, localizada no município de Três Cachoeiras, tem uma forma de gestão bastante original. Cobra de seus associados uma pequena mensalidade, hoje de 20 reais, suficientes para cobrir seus custos operacionais. Isto lhe permite vender a seus associados os produtos ao preço de custo. Para facilitar o acesso dos agricultores aos produtos que comercializa, a Coopet tomou a iniciativa de cobrar de grupos de agricultores apenas uma mensalidade, estendendo o preço de associado a todos os membros desses grupos. Essa é mais uma alternativa que viabiliza o consumo de produtos ecológicos.

No Núcleo Serra, a partir de um convênio estabelecido entre o Centro Ecológico e a Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, desde 1998 se comercializam bananas produzidas no litoral entre os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina sob os princípios da agroecologia. O diferencial é o objetivo dessa comercialização: conectar agricultores e consumidores com baixo poder aquisitivo. Semanalmente são comercializadas em dois pontos estratégicos, de grande fluxo de pessoas, 10 toneladas de banana a um preço 30 a 40% abaixo do mercado convencional. Ainda assim, esse valor, descontando os custos de comercialização, significa um incremento de 100% na renda dos agricultores (veja os números no box abaixo).

Essa iniciativa é mais uma demonstração que práticas agroecológicas, associadas a mercados locais, trazem impactos positivos à Soberania Alimentar da população.

Pavimentando caminhos, reacendendo esperanças

Aqui repetimos o que já dissemos no início: o acesso a alimentos saudáveis e de boa qualidade é um direito universal dos povos, e deve se sobrepor a qualquer fator econômico, político ou cultural que impeça sua efetivação. Infelizmente na sociedade contemporânea este acesso está obstruído para uma parcela significativa da população.

Trabalhar para reverter este quadro é um dever de cada um de nós e da sociedade como um todo.

Os integrantes da Rede Ecovida entendem estar dando sua parcela de contribuição para a promoção da Soberania Alimentar, a partir da realidade em que cada membro está inserido. Julgamos que a opção pela agroecologia e pelo desenvolvimento de mercados locais para produtos ecológicos é indispensável para pavimentar o caminho que permitirá o acesso de todos a alimentos de qualidade.

Somos conscientes de que trabalhos como os aqui descritos não se avolumam a ponto de se fazerem notar pelas estatísticas de produção e comercialização de alimentos. Ainda assim acreditamos que são exemplos que devem ser observados. Reacendem a esperança, bem que a escassez tem deixado ainda mais valioso, de que é possível construir um mundo onde todos e todas tenham garantido o direito à alimentação saudável.

Ponto de colheita – Caxias do Sul

50 famílias agricultoras envolvidas; 10 toneladas comercializadas por semana

Preço recebido pelo agricultor = R\$ 0,66/Kg (o custo de comercialização é de R\$ 0,18/Kg)

Preço pago pelo consumidor = R\$0,66/Kg

Mercado convencional

Preço pago ao agricultor = R\$ 0,25/kg

Preço pago pelo consumidor = R\$ 1,00/kg

**Coordenador do Centro Ecológico, ONG que desde 1985 trabalha com o estímulo à produção e ao consumo de produtos ecológicos. O Centro Ecológico é membro da Rede Ecovida de Agroecologia. laerciomeirelles@terra.com.br*